

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Se unir, ganha

Entre os conservadores que analisam as pesquisas de opinião, muitos consideram que, embora o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lidere todos os cenários eleitorais da última pesquisa Genial/Quaest, a esquerda tem muito com o que se preocupar. É que os índices dos opositoristas vêm num crescente e, se a direita se unir em torno de um nome capaz de unir o bolsonarismo aos partidos de centro, ficará difícil o petista conquistar um quarto mandato presidencial. Da parte do Planalto, o que se diz é que Lula terá muito a mostrar na campanha.

Perfis

Embora o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) apareça competitivo em alguns cenários, a avaliação geral é a de que ele perde numa segunda rodada, assim como a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Melhor tirar o sobrenome da roda e garantir uma vitória do que insistir e perder.

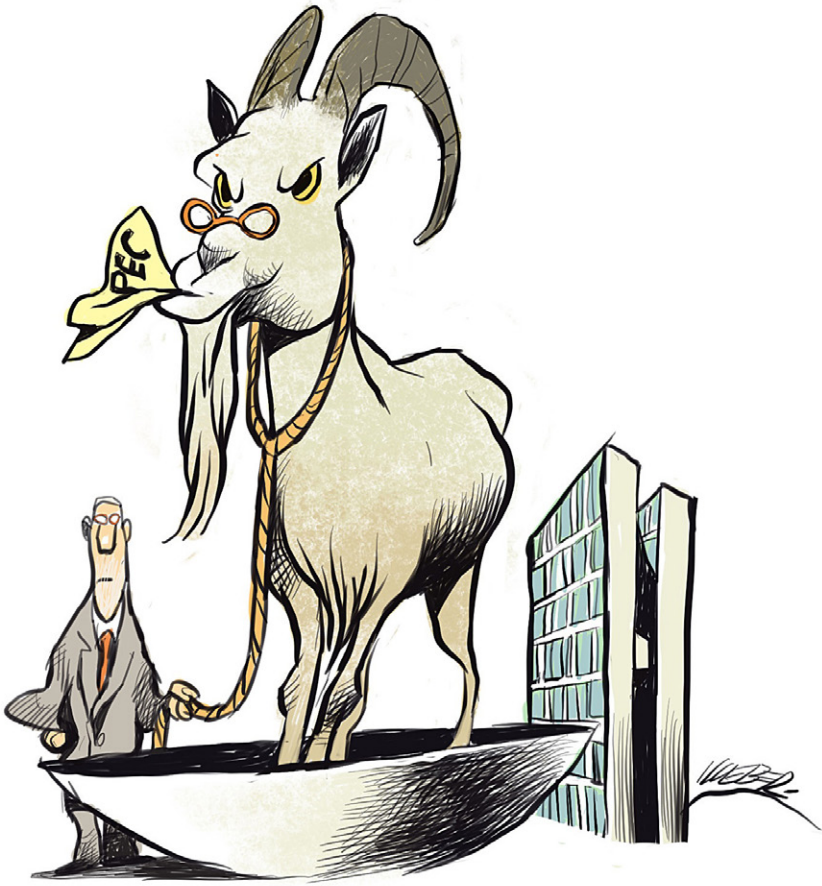
Um incômodo para os Calheiros

Desde quarta-feira, a pequena Murici, no interior de Alagoas, está com sua política de pernas para o ar. É que a Polícia Federal prendeu um empresário em flagrante na sede da Prefeitura, com R\$ 270 mil em espécie. A própria PF divulgou que “manuscritos indicam o possível pagamento de vantagens indevidas relacionadas a contratos para execução de obras públicas”. O prefeito é Remi Filho (MDB), sobrinho do senador Renan Calheiros. A menos de um ano da eleição, a prisão é um prato cheio para os opositores do clã.

Por falar em dinheiro vivo...

O valor apreendido com o empresário é muito dinheiro em qualquer lugar. Porém, quando se trata do volume de recursos do INSS, é mais do que, segundo integrantes da CPMI do INSS, a PF teria identificado como pagamento mensal ao ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto. Ele diz que é inocente e irá comprovar isso.

Encha de “bodes”



O deputado Guilherme Derrite (PP-SP) foi aconselhado a deixar seu parecer final cheio de pontos que são intragáveis para o governo e também para os mais radicais à direita, a fim de ter o que tirar do texto na hora da negociação. A perspectiva de criminalização dos movimentos sociais é considerada algo dentro desse “pacote”, da mesma forma que estava a limitação dos poderes da Polícia Federal. Assim, na hora de retirar pontos, haverá o que negociar sem prejudicar o projeto.

» » » » »

Em tempo/ Equiparar as facções criminosas a células terroristas é algo fora de questão dentro da proposta relatada agora por Guilherme Derrite. Aliás, se fosse para fazer isso, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), teria colocado logo em pauta o projeto do deputado Danilo Forte, e não o fez. A ideia é votar o texto do ex-secretário de Segurança Pública de SP na próxima semana.

CURTIDAS

Eles que se defendam/ Ninguém saiu em defesa dos presos na operação da Polícia Federal. Nem no PT de Lula, no PDT de Carlos Lupi, ou no PL de Jair Bolsonaro. Aliás, no Partido Liberal, o senador Rogério Marinho (RN) foi incisivo quando perguntado sobre o ex-ministro José Carlos Oliveira, do governo bolsonarista, que, atualmente, atende pelo nome de Ahmed Mohmad Oliveira Andrade. “Não temos bandido de estimação. Todos têm direito a ampla defesa. Quem for culpado deve pagar, quem for inocente deve ser liberado”.

“Ex-nora não é parente”/ É assim que muitos petistas respondem quando perguntados a respeito da investigação da PF sobre supostos desvios de recursos do Ministério da Educação que mirou uma ex-nora do presidente Lula.

Will Shutter / Câmara dos Deputados



Motorista por um dia/ O deputado federal Leo Prates (PDT-BA, **foto**) vai dedicar o próximo 20 de novembro, quinta-feira, a conhecer de perto a rotina dos trabalhadores de transporte por aplicativo. A ideia é aproveitar essa vivência para a construção do relatório na Comissão Especial da Câmara que trata desse tema.

Morador por meses/ É mais ou menos o que fez Ricardo Cappelli, pré-candidato ao governo do Distrito Federal, que morou alguns dias em cada região administrativa do DF para conhecer de perto as agruras da população com o transporte público.

SEGURANÇA PÚBLICA / Presidente reuniu sua equipe em meio à queda da popularidade de sua gestão e ao impasse com o Congresso sobre o projeto de lei Antifacção. Governo quer novas alterações em texto de Derrite

Lula mobiliza ministros

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma reunião, ontem, no Palácio do Planalto, com nove ministros para discutir a situação da segurança pública no país. Entre os convocados, estiveram chefes de pasta que foram governadores e auxiliares do petista que atuam diretamente no tema. O encontro ocorre em meio ao enfraquecimento da popularidade governista desde a megaoperação no Rio de Janeiro, que resultou em 121 mortos, e as controvérsias em relação ao relatório do projeto de lei Antifacção do deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP).

Lula quer preparar as reações de seus ministros para o texto final de Derrite. Na reunião, ele também cobrou “empenho” para que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública seja aprovada com celeridade. Presente, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disse que há pontos preocupaantes para o governo no relatório Antifacção — e que o Executivo pretende pedir novas alterações.

“Foi uma reunião muito interessante e produtiva, porque os nossos ministros ex-governadores reiteraram a importância da aprovação desses marcos legais, principalmente a PEC da Segurança”, disse Gleisi a jornalistas após o encontro. “O presidente queria ouvir sobre isso e pediu empenho dos governadores também para sensibilizar o Congresso, para a gente aprovar isso, para nos dar mais instrumentos para fazer esse enfrentamento conjunto com os estados”, acrescentou.

Para o governo, a PEC da Segurança deveria ter prioridade, pois foi enviada primeiramente pelo Executivo. O projeto dá mais poderes para que a União, com o auxílio da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), possa combater diretamente o crime organizado. Por outro lado, o texto é criticado por governadores da oposição, que alegam perda de autonomia para os estados.

Corrida

Com o projeto Antifacção tramitando, Gleisi defendeu que, ao menos, os dois textos sejam

Ricardo Stuckert/PR



Presidente cobrou empenho de sua equipe para a aprovação de outra proposta ligada à segurança

apreciados juntos. Essa matéria também é de autoria do Executivo, mas virou alvo de embate após o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), escolher o

deputado Guilherme Derrite, ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo, como relator. O parlamentar tentou incluir a equiparação entre organizações criminosas

e terroristas, mas recuou após a enxurrada de críticas.

Participaram da reunião o vice-presidente Geraldo Alckmin, que governou São Paulo,

e os ministros ex-governadores: Rui Costa (Casa Civil), Renan Filho (Transportes), Camilo Santana (Educação), Wellington Dias (Desenvolvimento Social), e Waldez Góes (Desenvolvimento Regional). Também estiveram presentes Ricardo Lewandowski (Justiça), Fernando Haddad (Fazenda) e Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais).

O embate entre oposição e governo pela segurança pública começou após a megaoperação que deixou 121 mortos, incluindo quatro policiais, no Rio de Janeiro, nos Complexos de Alemão e da Penha. Desde então, a gestão petista corre para apresentar respostas sobre o tema, mas a oposição mobilizou-se para tomar o protagonismo. O cenário é considerado delicado para o governo devido à proximidade com o ano eleitoral, em 2026. A Pesquisa Genial/Quaest, divulgada nesta semana, mostrou que 67% dos brasileiros aprovaram a megaoperação, enquanto integrantes do governo, e o próprio presidente da República, criticam a violência da operação do governo de Cláudio Castro.

Oposição insiste em equiparação ao terrorismo

» WAL LIMA
» VANILSON OLIVEIRA

O deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP) segue a todo vapor na negociação com lideranças partidárias para aprovar o seu relatório do projeto de lei Antifacção. Nesta semana, o parlamentar apresentou a quarta versão do documento e retirou trechos polêmicos, que incomodaram o governo federal e a base do Congresso. Por

outro lado, a oposição argumenta para manter dispositivos, como a equiparação das organizações criminosas a grupos terroristas. Em conversa com jornalistas, o líder do Partido Liberal na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que o Parlamento não pode recuar diante da escalada da violência e deve responder com firmeza ao avanço do crime organizado no país. A expectativa do deputado é de que

os trechos excluídos retornem ao projeto em forma de destaque durante a votação — prevista para a próxima semana.

“Não abriremos mão disso. Vamos apresentar destaque e ainda vamos tentar convencer o relator da importância disso. Até porque, se o crime é organizado, ele é internacional, tem cooperação de inteligência, de equipamentos, de armas internacionais. E por que o Estado também não tem? Por

isso, entendemos que é importante equiparar a grupos terroristas, para que o Estado possa ter cooperação internacional de inteligência e de armamento, se for necessário”, disse Sóstenes.

Defesa

Outros parlamentares da oposição estão de acordo com a apresentação dos destaques. Ao defender a equiparação, a deputada Bia

Kicis (PL-DF) citou a pesquisa da Quaest, divulgada nesta semana, que apontou que 73% dos brasileiros são a favor de classificar organizações criminosas como terroristas.

“Vi a pesquisa e sei que ele (Derrite) está buscando uma saída para conseguir combater os grandes criminosos. Ele já subiu o texto, mas eu acho que, com o diálogo, com o PL ouvindo mais pessoas e com os governadores que ele já ouviu, talvez, a gente ainda

consiga alterar o texto”, disse a congressista ao **Correio**.

O vice-líder da oposição, deputado Domingos Sávio (PL-MG), defende que a proposta seja tratada separadamente. “Creio que devemos aprimorar a lei do terrorismo para incluir nela os atos criminosos e de terror que são frequentemente praticados pelas facções do crime organizado. Deveria tramitar simultaneamente”, justificou.